

REVISTA MARACANAN

Artigo Livre

A carnavalização das ruas: micareta de Feira de Santana nos espaços públicos

The carnivalization of the streets: micareta de Feira de Santana in public spaces

Miranice Moreira da Silva*

Universidade Federal do Oeste da Bahia
Barreiras, Bahia, Brasil.


Recebido em: 06 set. 2022.

Aprovado em: 10 nov. 2022.



O artigo é parte do resultado de pesquisa que recebeu financiamento do CNPq.

* Professora Assistente no Centro de Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Doutora em História pela Universidade Federal de Brasília. Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. (miranicem@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-5891-7960>

 <http://lattes.cnpq.br/1283128331976783>

Resumo

O presente artigo objetiva discutir quais os projetos de cidade e sociabilidades urbanas estavam presentes na micareta de Feira de Santana entre o final da década de 1940 e década de 1960. Com isso, compreender como os imaginários construíram representações de cidade. Trata-se de um exercício historiográfico que parte do entendimento de que os festejos são uma construção social e por isso estão conectados com o seu tempo histórico e os projetos de sociedade. A micareta, enquanto prática festiva, é composta por pessoas que partem de vários lugares sociais, que disputam e negociam os espaços na memória social e o direito a cidade. Nessa perspectiva, entendo que, através da historicização das manifestações festivas é possível compreender as formas de estar no mundo, bem como os sentidos e significados das práticas festivas. Para construir tal reflexão, parto das construções narrativas dos jornais, em diálogo com a legislação municipal e portarias que regulavam e orientavam a micareta nas ruas da cidade.

Palavras-chave: Cidades. Sociabilidades. Festas. Micareta. Feira de Santana

Abstract

This article aims to discuss which city projects and urban sociability were present in the micareta de Feira de Santana between the late 1940s and the 1960s. With this, understanding how the imaginaries-built representations of the city. It is a historiographical exercise that builds on the understanding that celebrations are a social construction and so they are connected with their historical time and society projects. Micareta, as a festive practice, is composed of people who leave from various social places, who dispute and negotiate spaces in social memory and the right to city. From this perspective, I understand that through the historicization of festive manifestations it is possible to understand the ways of being in the world, as well as the meanings and meanings of festive practices. To build this reflection, I start from the narrative constructions of newspapers, in dialogue with municipal legislation and ordinances that regulated and guided the micareta on the streets of the city

Keywords: Cities. Sociability. Parties. Micareta. Feira de Santana.

Introdução

As manifestações festivas são constituídas a partir das relações sociais de um tempo. As pessoas festejam a partir do mundo que conhecem e que também ajudam a construir a partir de suas práticas, do cotidiano, daquilo que se faz presente em sua vida e por isso são dotados de sentido; festas carnavalescas estão nesse grupo. São práticas que ocorrem, quase que exclusivamente, em espaços urbanos, tendo a cidade, suas ruas, praças e avenidas como o palco principal dos festejos. Nessa perspectiva falar sobre as manifestações carnavalescas é também falar sobre a cidade, suas práticas, sensibilidades e sociabilidades. Apreendo, assim, as festas carnavalescas como uma linguagem das cidades, na qual é possível compreender como os sentidos da festa revelam a cidade, ao passo que a festa também é um elemento de construção do ideal de cidade e de sociedade.

A micareta de Feira de Santana é uma prática carnavalesca que ocorre com regularidade desde 1937. Entretanto há relatos de que já estivesse presente nas práticas feirense pelo menos desde o final da década de 1920 com o nome de pascoela carnavalesca ou festa de Páscoa. Modalidade que ocorre quinze dias depois do período quaresmal e que é reconhecida por fundar a lógica dos carnavais fora de época. Trata-se de um costume festivo que nasce a partir da apropriação do espaço público e que também ocupou espaços privados de sociabilidades ao longo de sua construção e ressignificações.

O exercício de pensar o projeto das micaretas de rua e resistências em Feira de Santana funciona como um fio condutor para compreendermos como as manifestações festivas comunicam, tanto para aqueles que festejam quando para os espectadores, uma série de ideias, representações, e de como os projetos de sociedade disputam e negociam os lugares da memória enquanto se festeja (*cf.* CUNHA, 2001).¹

Na perspectiva do Bakhtin (1993), as festas, sobretudo as do tipo carnavalescas, são a vida teatralizada. Elas rompem com certa normalidade do cotidiano, dos dias ordinários, mas não conseguem sobrepor ou reformar os elementos que constituem a vida das pessoas que festejam. As festas são construídas em um estrato de tempo, que é constituído socialmente e por isso estão envoltas ou relacionadas as estruturas e ideias de sociedade. Nesse sentido, a ideia de acontecimentos, presente nas interpretações de François Dosse (2013), ajuda a fortalecer esse diálogo sobre os estudos sobre festas e festejos. O acontecimento, nesse aspecto a micareta de Feira de Santana, deve partir de uma interpretação histórica, onde não há espaços para reducionismos. A contribuição do autor é pensar o que desse acontecimento nos permite fazer conexões com o que denomina de cadeia factual.

¹ A autora apresenta contribuições para uma interpretação da história social das festas carnavalescas; disputas, negociações e construção de significado. Seguindo essa linha interpretativa, temos trabalhos da envergadura de LAZZARI, 2001; SILVA, 2008 e SOIHET, 2008.

Isso perpassa pela construção dos discursos que são promovidos a partir desses acontecimentos, fazendo com que estejam interligados a conjunturas e debates que transcendem o acontecimento em si. Nessa perspectiva, cabe pensar que as festas são constituídas e idealizadas por sujeitos pertencentes a um tempo histórico e a lugares sociais. Isso me leva a compreender que, além de constituir uma linguagem, é possível compreender nuances e o movimento da história.

A partir dessa premissa, o uso que faço das fontes pesquisadas, os jornais, se dá em uma perspectiva na qual eles, como meios de comunicação, também constroem sentidos para festas e para a cidade ao passo que noticiam a festa. Nesse sentido, os jornais aparecem como objetos de análise também. Trabalho em diálogo com a perspectiva de Marilena Chauí (2006), na qual compreende os veículos de imprensa como um dos braços do poder na construção de um ideal de sociedade. Tratam-se veículos que, sob a cortina da pseudoneutralidade, almejam construir uma opinião pública e imaginários sociais. Partindo de Baczko (1985), esses imaginários são fundamentais nas configurações e reconfigurações das práticas sociais. Antes de serem efetivadas, as práticas são elaboradas no campo das ideias, daquilo que se imagina; estando ancoradas nos movimentos, tempos histórico e lugar social.

A documentação utilizada para esse exercício interpretativo é o jornal *Folha do Norte*, em circulação desde 1909. Ao longo desses anos o jornal oscilou entre publicações semanais e diárias. O período recortado compreender ao momento em que o jornal circulava semanalmente. Fora fundado a partir de um grupo familiar de significativa atuação política na cidade, tendo na década de 1920 um de seus proprietários, Arnold Silva, como prefeito da cidade e acumulou também mandatos como vereador. Na década de 1930 assumiu cargo de deputado estadual e federal, tendo sido um dos fundadores do Partido Social Democrático da Bahia². Além disso, os demais editores tinham participação nas comissões carnavalescas em Feira de Santana. Trata-se de um veículo de informação significativo e de impacto na construção de notícias da cidade.

Além da narrativa jornalística, analiso também as portarias emitidas pelos órgãos públicos da cidade, como a Secretaria de Segurança Pública e de Trânsito. Em conjunto, essas instâncias preparavam aquilo que acreditavam ser o cenário ideal para que a festa se rua segue o roteiro esperando, tanto na apropriação dos espaços públicos quando as sociabilidades aceitas. Tais portarias eram publicadas também nos jornais, que faziam o papel de publicizar e educar os foliões dentro das normas estabelecidas pelo poder público.

A observância desses elementos é fundamental para compreender os elementos que compunham as narrativas sobre a festa e a cidade, pois parto da ideia de que as notícias são pensadas a partir de um roteiro que constrói representações. A partir da interpretação de Chartier (1990), essas representações apontam para as disputas de modos de viver e interpretar

² ALMEIDA, O. Dicionário; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. Anais (1); Boletim Min. Trab. (5/36); CÂM. DEP. Deputados; Câm. Dep. seus componentes. Diário do Congresso Nacional; GODINHO, V. Constituintes; TRIB. SUP. ELEIT. Dados (1). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnold-ferreira-da-silva>. Acessado em 17/07/2021

o mundo. Nessa lógica o que é posto nas páginas dos jornais não devem ser pensadas como informações desconectadas das teias de interesses e que há nas publicações o desejo de despertar no leitor uma forma de compreender o mundo.

Com base nesses pressupostos, o artigo discute os sentidos e projetos de sociedade estão presentes na construção de dos festejos da micareta entre os anos de 1940 e 1960. Perceber como as representações dos festejos estavam sendo disputadas e com isso revelava os ideais de cidade, dentro de um projeto de modernidade e progresso que o país almejava. Logo, os projetos de micareta de rua revelam o que está para além dos dias de festejos.

O projeto das micaretas de rua e suas resistências em Feira de Santana

À luz das contribuições de Stuart Hall (2016), as identidades são plurais e, dessa forma, dentro da micareta, elas também apareciam na construção da festa, mas, como não eram tratadas de forma tão explícita pelos jornais, apareciam nos pequenos indícios de como essa festa feirense não era apenas uma ou que não significava apenas uma coisa. Essas teias de significados, esses pequenos vestígios permitem ao historiador perceber que construções subjetivas validam, de acordo com Geertz (2019), as práticas culturais que se apresentam no mundo social. Assim, a partir da multiplicidade de entendimentos, os conflitos e negociações aparecem nos projetos de festa. Observemos um comunicado da micareta que foi publicado no *Jornal Folha do Norte*:

A comissão da Micareta de 1948 no intuito de desfazer comentários infundados em todo auxílio aos cordões carnavalescos "Melindrosas" e "Garotas em folia", esclarece que pôs à disposição dos interessados a importância por eles pretendida, mas, apesar dos esforços da comissão, nenhum diretor compareceu para receber as ditas importâncias, o que demonstra evidente falta de vontade em cooperar para o brilhantismo da Micarême.

Fica assim desfeito o boato de que a comissão negou o auxílio pedido pelos cordões. (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 3 abr. 1948, Ano XXXVIII. Nº 2021, p. 1)

Essa desavença entre a comissão da micareta e os cordões carnavalescos *Melindrosas* e *Garotas em Folia* rendeu a construção de um outro bloco: *Para não ficar em falta*:

Os dirigentes dos cordões carnavalescos "Melindrosas" e "Garotas em Folia" – segundo eles dizem – foram sabotados pela comissão da Micarême. Por isso, uniram-se e formaram o bloco que acima se vê e amanhã e terça-feira sairão à rua, com pitorescas fantasias, para dançar o frevo pernambucano e fazer muitas piruetas, acompanhadas à clarineta, ao som do apito do Agapito ou do Benedito. Vai ser u'a miséria... e a polícia que escondam as chamadas "brancas". (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 3 abr. 1948, Ano XXXVIII. Nº 2021, p. 1)

Figura 1 – Para não ficar na falta



Fonte: FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 3 abr. 1948, Ano XXXVIII. Nº 2021, p. 1.

A divergência entre a comissão e os cordões não me parece ser apenas por uma questão financeira. Quando a nota diz que o não comparecimento dos diretores dos cordões para receber o dinheiro significava não colaborar para o brilhantismo da micareta, nos dá margem a pensar essa querela um pouco mais adiante. A postura do jornal colabora para esse entendimento. A forma como o jornal apresenta o que seria a resposta das “Melindrosas e Garotas em Folia”³ fortalece o argumento e a forma como as duas notícias são dispostas no jornal ajuda a compreender qual seria o lugar simbólico dos cordões. Os editores, ao construírem seu editorial, organizam o mundo em suas páginas e essa espacialidade da notícia faz parte da construção de um discurso.

A nota da comissão da micareta replicada no jornal ocupa a primeira página em reportagem de destaque sobre a micareta, o relato sobre a micareta aparece na quarta e última página do jornal, em fim de página, entre os reclames, com um título que nada remete à micareta: “Para não ficar de fora...”. Essa organização e escolha de títulos não é feita de forma despretensiosa ou não é uma mera coincidência. Conforme Maria Helena Capelato, “a apresentação do jornal, cabe dizer ainda que a técnica e o conteúdo do título são muito importantes. Na feitura de uma manchete, os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito. Ela é uma arma de persuasão muito eficaz” (CAPELATO, 1986).

A diagramação, segundo a autora, é que dá movimento às narrativas do jornal impresso, ela indica uma ordem e ênfase de leituras. O leitor daquela época, logo na primeira página, tinha

³ Esses dois cordões eram compostos por pessoas empobrecidas da cidade. O cordão *As Melindrosas* era composto por lavadeiras negras do Tanque da Nação, bairro que concentrava uma nascente onde as mulheres lavavam roupa de ganho. Sobre isso ver SANTA BÁRBARA, 2007. O Cordão *Garotas em Folia* era composto por alfaiates, sapateiros e trabalhadores da cidade.

a informação de que a comissão havia liberado a verba e foram os dirigentes do cordão que não foram buscar e só depois de ler o jornal inteiro é que teriam a informação do que aconteceria com as Melindrosas e com Garotas em folia, isso se o leitor fosse um leitor dos classificados.

Além disso, a reportagem que informa qual seria o procedimento dos cordões coloca em dúvida a versão com a expressão “segundo eles dizem”, desconfiança que não foi externalizada com o que dizia a comissão. Mas o que fortalece a ideia de um conflito de projetos de micareta está no apelo feito à polícia. O editorial o faz usando, conforme Bakhtin (1993), um vocabulário carnavalesco, faz um apelo para que a polícia fique atenta às atividades ao grupo. Chamar a atenção da polícia para o bloco recém-formado por causa de um desentendimento com a comissão da micareta é uma forma de criminalizar o grupo, transformá-los em algo perigoso e que, diante da desobediência, precisam ser vigiados pois “Vai ser u’a miséria...”. Além disso, o discurso posto ajuda a compor uma representação de que aqueles que estão em desacordo com a comissão, que era composta por representante do poder municipal, seriam tratados como perigosos, marginais, aqueles para quem se chama a polícia; enfim, uma retaliação ao protesto em meio à festa.

O jornal ainda trata da indumentária e do estilo musical e, ao tratar das indumentárias, usa a ilustração para denominá-las como pitorescas, não foram denominadas como elegantes ou sofisticadas, como ocorria em relação a outros grupos. O curioso é que as fantasias mostradas na ilustração, atribuídas ao cordão, não trazem o caráter da unicidade que teria que ter algo pitoresco, pois, meses antes, o mesmo jornal apresenta a ilustração da Figura 2 como sugestão de fantasias para a micareta.

Se observarmos a fantasia do cordão, fruto da junção entre as Melindrosas e Garotas em Folia, perceberemos que segue o mesmo padrão de fantasia sugerido, com as máscaras que eram chamadas de caretas, logo não havia nada de pitoresco se o próprio jornal havia sugerido a fantasia. Sugestão, inclusive, que vem acompanhada de uma marchinha carnavalesca:

Sugestão para fantasia

Aqui fica a sugestão
Da fantasia “assanhada”
Ela é da “situação”
E portanto “marmelada”

E permitindo a “parada”,
Ai, ai, meu Deus, que desdoiro,
Bolir com tal “az de oiro”?
– Na cadeia temporada.

(FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 21 fev. 1948, Ano XXXVIII. Nº2015)

Figura 2 – Sugestão de fantasia



Fonte: FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 21 fev. 1948. Ano XXXVIII. Nº2015.

A sugestão da fantasia, entretanto, não é apenas o que parece, funcionou também como uma forma de responder a questões que estavam incomodando o editorial e como forma também de mandar um recado aos acusadores, aos quais não consegui identificar. Observem que, na marchinha carnavalesca, algumas palavras estão entre aspas: “assanhada”, “situação”, “marmelada”, “parada” e “az de ouro” e, se assim estão, indicam que elas são usadas por outras pessoas que não o autor da marchinha, que faz questão de evidenciar isso com o recurso gráfico. Dentre elas, chamam atenção: “situação”, “marmelada” e “parada”. Muito provavelmente indica uma crítica ao lugar social do jornal, que pertencia, na ocasião, ao grupo político que governava a cidade, por isso a associação entre “situação” e “marmelada”. O termo “parada” me faz compreender que poderia ser uma crítica à forma como a micareta estava sendo pensada e seu cortejo organizado, em forma de parada cívica mesmo, como indica a descrição abaixo:

O préstito de hoje

O grande corso que logo mais às 20 e 30 horas levará a rainha e as princesas da Micareta de 1948 até o monumental palanque da coroação estará assim organizado:

Cordões:

I. C.C Rei dos Ciganos

II. Filhos do Mar

III. Afochês

Batucadas:

I. Malandros do Morro

II. É com esse que eu vou

III. Amantes do Ritmo

IV Só Falta você

Automóveis:

I. Prefeitura da cidade

II. Autoridades outras

III. Representante do Feira Tênis Clube

IV. Representante da Soc. Fil. 25 de março

V. Representante da Soc. Fil. Vitória

VI. Representante da Soc. Fil. Euterpe Feirense

VII. Representantes dos bancários

VIII. Representante dos Motoristas locais

IX. A bancada de Clarins

X. Membros da comissão da Micarême

XI. **O majestoso carro** se S.S.M.M. srta. Alzira Chaves Carneiro, Rainha e das princesas Branca Paternostro e Terezinha Boaventura

[...]

XIII. Pessoas da família da rainha e princesas

XIV. Representantes das classes sociais.

Seguem-se todos os carros na ordem de chegada ao local de concentração. (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 3 abr. 1948, Ano XXXVIII. Nº 2021, p. 1)

Essa descrição em nada parece com um evento carnavalesco, o qual tem como característica justamente a quebra da ordem. De fato, assemelha-se mais a uma parada cívica, ou a uma procissão, tal qual a narrada pelo burguês desconhecido de Montpellier na França. Robert Darnton (1986), ao analisar a *description*, alerta justamente não apenas para o que é

descrito, mas também para o porquê é realizado de determinada forma. A comissão de micareta pensa a forma como deveriam ser os festejos de rua, transformando-a em uma solenidade, que representa, como essa comissão pensava, a própria cidade ou, nas palavras de Darton (*Idem*), organiza o seu mundo através do ordenamento da festa, que, assim como uma festa cívica ou uma procissão religiosa, obedecem a uma hierarquia que coloca aqueles que são vistos por essa comissão como essenciais para a cidade.

Além da forma de organizar o mundo durante o cortejo da micareta, a quantidade de elementos de fato carnavalesco na abertura da festa é absolutamente desproporcional: são três cordões, quatro batucadas e o carro das Rainhas e princesas enquanto os carros das chamadas autoridades são quatorze e finaliza indicando que “outros”, sem dizer quem os são, desfilariam por ordem de chegada. Logo, a forma como o curso carnavalesco foi pensada o faz assemelhar-se a uma “parada” cívica.

Essa característica de uma apropriação de festas e comemorações para transformar em atos cívicos não é algo novo. Wlamyra Albuquerque trata isso ao pensar as comemorações da independência da Bahia ainda no século XIX e como a organização dos desfiles era sintomática para perceber o entendimento das estruturas sociais e identitárias. Ela compreende que “as festividades de rua transformavam-se num importante espaço para divulgar uma cultura urbana idealizada por grupos da elite baiana” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 172). Parece-me que essa foi a apropriação feita por alguns grupos em relação a Feira de Santana ao ler a nota que apresenta a organização dos festejos. Elemento também presente nas festas do divino do Rio de Janeiro do Século XIX, analisadas por Marta Abreu, nas quais “a seriedade, organização, o cumprimento de um prazo tensamente autorizado e a preocupação com o lugar das senhoras contrastavam com as descrições de divertimento, riso e gargalhadas” (ABREU, 2002, p. 259).

Voltando à marchinha, a penúltima e a última estrofe confirmam esse rigor com as festas, sobretudo as carnavalescas: “Bolir com tal “az de ouro”? / – Na cadeia temporada”, em tom jocoso indica que as críticas poderiam ter consequências maiores, e não deixa de ter um caráter ameaçador, que significa que quem não festejar nos moldes aceitáveis a cadeia estaria à espera. A liberdade proposta para os dias de festa altera os dias ordinários, pausa a burocracia dos dias, mas não rompe com as estruturas sociais. Embora, nesses dias, a vigilância pareça ser muito maior, era possível a todos usufruírem do espaço público, mas cada um se movimenta conforme a vigilância sofrida. Momentos festivos ou práticas culturais que propõem uma subversão conseguem alterar alguns elementos momentaneamente, como afirma Natalie Davis (1990). Em momentos de subversão, sejam em festas carnavalescas ou em outras práticas e ritos, acredito ser esse um caminho válido, denunciar e debochar do autoritarismo, mas tal ação por si só não transforma o mundo. E a manutenção desse mundo em dias de carnaval se faz pela vigilância e por uma organização pautada em regras.

Esse aviso ganha força com as publicações da Secretaria de Segurança Pública que, em nome da manutenção de uma identidade feirense festiva, estabelecia o que era proibido e aceitável em dias de festejos. Ao que tudo indica, foi a partir desse ideal controlador que o alerta à polícia em relação ao cordão “Para não ficar de fora”, que apresentava o caráter da

desobediência, foi dado, pois incorporam à sua prática carnavalesca o apito, que, por mais inofensivo que possa parecer, tinha seu uso proibido durante a micareta:

A Secretaria de Segurança Pública da Bahia

A Delegacia da 10ª Região Policial e a Delegacia de Polícia de Feira de Santana, tendo em vista a necessidade de serem evitadas, durante as festas populares da Micareta, abusos e excessos, que só tendem a prejudicar a tranquilidade e boa ordem indispensáveis em ocasião que atais e, de acordo com instruções do EXMO. Sr. Secretário de segurança, fazem saber que do dia 3 a 6 de abril, nesta cidade.

Serão permitidos:

I. Das 6 às 18 horas, o uso de máscaras de qualquer espécie, desde que não ofendam ao decôro público, reservando-se à polícia, quando necessário, o direito de identificar qualquer mascarado.

II. Corso, cordões e batucadas

Serão proibidos:

I. Uso de quaisquer espécies de arma

II. Cantar o Hino Nacional, o Hino da Bandeira, as de nações estrangeiras, bem assim canções militares ou patrióticas, canções que tragam, explicito ou implicitamente, ofensas à moral [...]

IV. Apresentar-se alguém em público, ou mesmo em recinto fechado, em trajes indecorosos ou usando pintura a pixe tinta semelhante que possa incomodar os demais.

V. Uso de apito, látégos, de drogas corrosivas ou de odor que possa incomodar.

VI. A vendagem e uso de bebidas chamadas brancas, bem como conservar alguém em poder vasilhames contendo tais bebidas.

VII. Uso excessivo de bebidas. (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 3 abr. 1948, Ano XXXVIII. Nº 2021, p. 1)

O apito era usado como forma de comunicação por guardas municipais, pela polícia e por certo os foliões que se apropriavam desse elemento como um sinal de comunicação, que poderia ser utilizado para organizar as batucadas, ou para manter a comunicação entre os foliões, ou para burlar algumas das determinações. Esta última ação acho que tenha sido a mais provável, pois, se fosse apenas utilizado para reger as batucadas, não haveria motivos para a proibição do apito que, inclusive, está listado entre o uso de látégos e drogas, o que indica que o entendimento do uso indevido do apito não estava aliado apenas ao caráter carnavalesco. Podemos perceber que o apito pode ter sido usado para que os grupos se protegessem da fiscalização policial que proibia, por exemplo, como pudemos observar, o consumo de bebidas brancas, a cachaça, ou até mesmo o seu porte. O apito poderia ser uma forma de resistência nos espaços da rua, pois, assim como ele serve às autoridades para traçar *estratégias* de fiscalização, os foliões poderiam utilizá-los como *táticas* para aproveitar a festa e também estabelecer comunicação entre os seus, ou talvez apenas para, em tom típico do carnavalesco, tirar sarro das autoridades, provocar o riso e quebrar a sisudez do tom de parada que, porventura, as festas poderiam ter.

Reconhecer essas nuances do uso de um mesmo elemento para construir a festa faz pensar que as construções de identidade encontram caminhos e estratégias para se manterem no jogo em evidência. Perceber como as instituições passam a ser representadas como as detentoras do poder de dizer como deve ser a festa, quais as normas das fantasias e adereços, revela o poder que emana do poder estatal na delimitação de como se pode festejar. Isso é o que Foucault (*cf.* 2019) chamaria de “o olho do poder”, esses locais passam a emanar normas a partir da construção de uma arquitetura que faz parecer que, sem essas instâncias, não seria possível construir uma festa tão grandiosa. Faz crer que todos esses esforços: organização de trânsito, iluminação das ruas, segurança pública, editais e regras emitidas pela Secretaria de Turismo (SETUR) estavam todos a favor do “melhor e maior carnaval fora de época do Brasil”.

Para construir a identidade de Feira de Santana como a maior festa carnavalesca, todo esse aparato de poder começou a ser montado, antes mesmo do processo de municipalização ocorrido em 1970, sobretudo com a lei de 1956 quando a prefeitura abriu linha de crédito para financiar a micareta:

Eu prefeito municipal de Feira de Santana, do Estado da Bahia, faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para atender ao pagamento de despesas feitas com a Micareta de 1956.

Art. 2º Para suprir o crédito especial a ser aberto na forma de autorização a que se refere essa presente Lei; a prefeitura se utilizará dos recursos previstos nos incisos I e II §3º, do art. 11, do Decreto Federal Nº 2.416 de 17 de junho de 1940.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 24 de abril de 1956.

João Marinho Falcão (prefeito)

Autor: Augusto Matias (LEI ORDINÁRIA Nº 141, 24 abr. 1956)

Ao aprovar crédito especial para a micareta, o prefeito João Marinho efetivou o apoio que já era dado pelo poder público ao mobilizar as Secretarias de Segurança e Trânsito para atuarem na fiscalização de práticas e ordenamento da cidade durante os festejos da micareta de rua, visto que, pelo menos institucionalmente, não poderia arbitrar as festas nos clubes e filarmônicas. Cabia à prefeitura atuar apenas na esfera pública, pois se tratava do mundo comum, espaço de diversidade aberto à atuação dos vários sujeitos e concepções, que, na compreensão de Hanna Arendt, absorve “tudo aquilo que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível [...] que constitui a realidade” (ARENDR, 2007, p. 59). E, para organizar esse mundo capaz de garantir que as estruturas sociais não fossem abaladas, a prefeitura precisava se posicionar como aquele elemento que organiza o mundo, tal

qual a analogia da mesa apresentada por Arendt (*Idem*),⁴ que é o elemento que ordena e coloca os sujeitos em “seus lugares”. A prefeitura ocupa o espaço público porque ele não poderia ficar sem a tutela do estado, sobretudo em uma festa que tem em sua gênese a subversão da ordem. Trata-se da construção de uma imagem sobre a festa e, por consequência, sobre a cidade, que, ao se colocar como a segunda potência do estado, “perdendo apenas para Salvador”, e como “inventora” do carnaval fora de época, precisava manter uma imagem vendável de uma festa segura e ordeira e essa seria uma forma de representação de cidade tanto para os feirenses como para o país. Nessa lógica, a micareta funcionava como uma vitrine para replicar uma imagem de Feira de Santana. Por esse ponto de vista, a festa é uma linguagem da cidade. E toda a infraestrutura montada para a micareta era exatamente o roteiro dessa narrativa, a arquitetura, como diria Foucault (2019), funcionava como uma forma de organizar o mundo festivo aos moldes dos ideais do mundo ordinário, assim era fundamental fazer essa interpretação circular e ser cristalizada.

A preocupação com a territorialização das ruas fazia-se presente através dos planejamentos da Superintendência de Trânsito, que determinava como os cordões deveriam ocupar as ruas:

Superintendência de Trânsito

Feira de Santana, 22 de abril de 1954

O Superintendente da 2ª, 3ª e 4ª Regiões de Trânsito, no uso das suas atribuições, e tendo em vista os festejos da Micareta a ser realizarem nesta cidade nos dias 25, 26 e 27 do corrente mês

Determina:

1º que os cordões carnavalescos, blocos, batucadas só deverão desfilar durante os dias de Micareta pela mão de trânsito, devendo os responsáveis por esses cordões, blocos e batucadas limitar a 2 metros e 30 centímetros a faixa do desfile, por meio de uma corda, a partir do meio fio da calçada.

2º que caminhões só participarão do desfile quando artisticamente ornamentado.

[...] Napoleão de Oliveira Meneses

Superintendente da 2ª, 3ª e 4ª Regiões de Trânsito. (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 24 abr. 1954, Ano XLIV, Nº 2337, p. 2.)

A preocupação com a ocupação da cidade ultrapassava o circuito da antiga Rua da Direita, que, a essa altura, já era a Rua Conselheiro Franco. Havia também uma orientação para a chegada de veículos vindos da capital baiana e das demais cidades do interior, o que nos permite dizer que a ocupação por parte dos filões obrigava a prefeitura a reordenar o trânsito da cidade. Mas o que nos interessa aqui é pensar como o poder público queria normatizar a forma como os foliões deveriam ocupar o espaço da rua, literalmente entre o meio fio. Além de orientar o

⁴ Nessa analogia Hanna Arendt descreve uma sessão espírita em que a mesa desaparece e aqueles que estavam sentados a sua volta sentem-se desorientados sem compreender de fato como se portar.

trânsito para a festa, o que é coerente até mesmo para garantir a segurança dos foliões, há uma tentativa de controlar a forma como o espaço da rua deveria ser territorializado.

Em dias ordinários, os espaços da rua eram destinados a outras funções, mas, durante a micareta, elas eram transformadas em palcos e cenários para os festejos carnavalescos, logo a territorialização era completamente diferente. Seguindo a lógica interpretativa de Milton Santos, esses espaços usados, habitados “criam novas sinergias e acabam por impor, ao mundo, uma revanche” (SANTOS, 1996, p. 15). Isso significa que permitir que os foliões ocupassem as ruas sem um código de postura poderia desequilibrar o mundo ordinário e pensado pela administração pública, pois ocupar um espaço e dar a ele novos sentidos significa poder, que, por sua vez, significa também uma relação de força. Nessa lógica, ceder espaço aos diversos grupos significava abrir espaços de disputas de poder e isso enfraqueceria o controle, e, ainda segundo Foucault (2019), esse é um outro sentido para o poder.

Inspirada nessa interpretação foucaultiana, percebe-se que era necessário manter os sujeitos comuns, aqueles que estavam fora do aparato do estado, silenciados e subjugados a uma dominação. Democratizar a construção da festa e a ocupação dos espaços significava abrir mão do controle e de uma dominação, enfim do poder. Logo a preocupação em controlar os circuitos significa manter o poder sobre a cidade, enfim, o poder de determinar quem tem direito à cidade. Assim, compreender esse direito é compreender quem tem o “direito de comandar todo o processo urbano” (HARVEY, 2016, p. 78). No caso de Feira de Santana, o direito de participar da festa carnavalesca fora de época se coloca como mais um dos elementos que compõem o tecido urbano.

Tantas preocupações em ordenar o espaço público e a necessidade em estabelecer restrições indicam que não era tão fácil impor um modelo de comportamento social, nem mesmo durante a festa, pois a ocupação dos espaços não seguia um único modelo, na medida em que as subjetividades dos foliões também se constituíam em elementos que determinavam outros circuitos para além dos estabelecidos pela SETUR. A cidade em festa precisava ser tutelada para silenciar as apropriações do espaço que não cabia no projeto oficial da festa. Para garantir isso, a prefeitura lançava mão de instâncias de trânsito, de segurança pública, da imprensa como aliadas para garantir como o espaço público poderia ser ocupado.

Aliadas às tentativas de controle espacial via Superintendência de Trânsito, estavam as ações de portarias emitidas pela Secretaria de Segurança Pública para normatizar os hábitos e comportamentos em nome de uma segurança nacional, como se pode observar na Portaria emitida em 1969, em pleno período da ditadura militar do Brasil:

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia da 4ª Região de Polícia.

Portaria nº 2 de 15 de abril de 1959

O delegado da 4ª Região de Polícia, no uso de suas atribuições a necessidade de estabelecer normas que assegurem à população do município de Feira de Santana, durante os próximos festejos micaretescos, ambiente de ordem e segurança.

Resolve:

Baixar as seguintes instruções, que terão vigência a partir das 8 horas do dia 19, até 8 horas do dia 28 de abril.

I. As sociedades recreativas, boates, dancing, cabarés, etc. com funcionamento já licenciado, que pretendem realizar bailes públicos nos dias de carnaval, deverão disso dar conhecimento, por escrito, à delegacia de polícia, para providências relativas ao policiamento.

II. Os Bailes públicos, em locais ainda não licenciados, dependerão de previa licença da Delegacia de polícia, devendo para esse fim, e requerimento ser apresentado com antecedência, pelo empresário ou responsável com indicação do local e horário desejados e instruído baile:

a) relação nominal, devidamente qualificada dos membros da comissão organizada dos bailes.

b) certificado de aprovação de serviço de censura e diversão pública

[...]VIII. O desfile do préstito, ranchos, cordões, trios-elétricos e outros agrupamentos dependerá de prévia autorização da delegacia de polícia, requerida na forma do item II desta portaria.

[...]X. Fica proibido:

a) usar, nas vias e logradouros públicos, máscaras entre às 18 horas de um dia até às 8 horas do dia seguinte: ressalvando-se os reclusos fechados dos clubes que ficarão a critério das respectivas diretorias

[...]Feira de Santana, 15 de abril de 1969.

Maj. Elísio Pires Rebouças – Delegado Regional (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, Delegacia da 4ª Região de Polícia, Portaria nº 2, 15 abril 1959)

Trata-se de uma portaria que condizia com o momento de suspensão da democracia no país e que pensa a festa micaretasca a partir desse contexto, no qual manifestações populares e práticas festivas e de lazer deveriam estar sob constante observação para que não ocorressem insurreições. Característica inclusive que não é específica do período ditatorial instaurado em 1964. A criminalização da cultura esteve presente nos primeiros anos da República, com o estabelecimento de políticas culturais, na invenção de símbolos e códigos de postura (ver CARVALHO, 1990). Essa estratégia também foi utilizada por Getúlio Vargas durante o seu primeiro governo, porém cabe aqui uma ressalva: embora tenha feito uso amplo das restrições, Vargas flertou com as práticas culturais populares na construção de um imaginário nacional. E nisso a noção de poder relacionada a uma disputa de forças e de controle apontadas em Foucault (2019) faz todo sentido: as práticas populares são vistas como perigosas porque elas podem trazer demandas e críticas de uma estrutura social.

O que observo nessas determinações da Segurança Pública é algo diferente daquilo que acontecia com as determinações da década de 1950. Elas estão para além da ideia de manter a integridade física dos foliões, estão preocupadas em conter as manifestações culturais sob controle inclusive nos espaços privados, que deveriam apresentar à polícia e ao departamento de censura o roteiro dos bailes. O estado de exceção que passou a controlar também os

espetáculos e festas feitas em espaço privado pode ser percebido através da Lei 518 de 6 de janeiro de 1967, que, no tocante aos divertimentos públicos, dizia:

Parágrafo único – é proibido aos espectadores, sem distinção de sexo, assistir aos espetáculos de chapéus à cabeça ou fumar no local das funções.

[...]Art. 70 em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados quatro lugares, destinados às autoridades policiais e municipais encarregados de fiscalização. (LEI nº 518, 6 jan. 1967)

Esse complexo legislativo pautado na cultura não era uma construção despretensiosa, muito menos desarticulada de uma política nacional. Segundo Jorge Ferreira e Lucília Delgado (2014), nesse período que corresponde à ditadura militar, vivenciou-se uma valorização das práticas culturais que, mediante a impossibilidade de construir as representações políticas, funcionaram como linguagem política. Por esse motivo, as atividades culturais passaram a demandar maior atenção por parte das instituições militares. Tal movimento pretendia, segundo os autores, reprimir qualquer atividade que viesse a desrespeitar o que eles compreendiam pela moral e, para garanti-la, instituiu os mecanismos de censura dos meios de comunicação e atividades artísticas.

Seguindo essa linha interpretativa, Natalia Fernandes (2013) afirma que, a partir de 1964, o regime militar instituiu uma cultura política para o país, sobretudo com a criação do Conselho Federal de Cultura em 1966, que, no contexto que estamos analisando de práticas culturais de rua, foi atingida com a criação de instituições para planejar e executar uma política cultural (*Idem*), o que implica também o fortalecimento da força policial para fiscalizar as práticas. Quando, em 1970, a Lei 518 faz garantir assento para autoridades para fins de fiscalização com a Portaria Nº 2 acaba por demonstrar o alinhamento com essa política nacional e como a micareta não escapava dessa política nacional, movimento foi fortalecido após o Ato Institucional nº 5, que intensificou a censura.

Entretanto essas sanções não significam a obediência irrestrita ou que as coisas ocorreram de forma tão ordenadas e obedientes. A reportagem que segue, de 1970, aponta essas inconsistências:

Voltaram, da folia, alguns tristonhos, outros alegres e com muitas coisas a contar porque todos nós sabemos que durante uma festa, principalmente carnavalesca, deixam alegrias e dissabores. Mas deixemos essa parte de lado e vamos às novidades da Micareta.

[...]

Choque de veículos, êste ano, não foi pouco não. A quase todo instante era o que se via.

Não sabemos porque no momento do desfile ou durante a noite os carros trafegavam pela praça e pela Avenida Senhor dos Passos, locais em que o povo se aglomerava para assistir ao desfile de cordões, blocos e escolas de samba, até mesmo o carro da rainha. Será que não prejudicou bastante? (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, Ano 60, nº 3194, 25 abr. 1970)

Esse fragmento apresenta dois elementos que podemos explorar. O primeiro aspecto deixa transparecer que as portarias e determinações de trânsito não eram tão eficientes e que

o planejamento, mesmo determinando por onde os carros deveriam passar, não saía como o esperado. Nesse aspecto, cabe discutir o entendimento de *habitus* em Bourdieu, que funciona como aquilo com o que se está tão familiarizado que não é possível ser retirado tão facilmente do cotidiano: “enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2015, p. 191). Ao trafegar pelas ruas da cidade, as pessoas criaram uma forma quase automática de caminhar por ela, tráfego que é internalizado e que gera sensações de familiaridade que não são rompidas por uma determinação municipal.

O segundo deles diz respeito aos ditos dissabores da festa, ao apresentarem indícios de que a festa não ocorria exatamente como o imaginado por sua comissão. Não acontecer conforme um roteiro é que é natural, visto que festas populares e de rua não possuem um dono e nem seus organizadores conseguem controlar as manifestações espontâneas, que nem sempre são arquitetadas ou pensadas para confrontar uma proposta ou projeto. As pessoas simplesmente sentem a festa de acordo com a sua percepção de mundo. Entretanto os jornais se negam a aprofundar essas questões e isso deixa margem a algumas interpretações. Penso que o contexto político de censura e a postura do jornal, à época alinhada ao regime militar justificam seu silêncio mediante tais questões visto que, ainda nos anos de 1950, vinculavam reportagens tratando da dita “ameaça comunista”. Retomando Orlandi (2007, p. 69), “dessa concepção do silêncio, como condição de significação, resulta que há uma incompletude constitutiva da linguagem quanto ao sentido”.

Quando o jornal traz uma informação e a interrompe a certa altura, esse silêncio também é significativo e compõe a narrativa em que silêncio é o apagamento de uma memória sobre a dinâmica carnavalesca. Quando diz: vamos falar da micareta, no que tange aos festejos de rua, a única informação é a que toca nos problemas de trânsito e iluminação. Notas sobre os grupos e suas práticas, nenhuma. Os sujeitos que festejam nas ruas não são os protagonistas da festa nas páginas dos jornais. Entre eles, os moradores de bairros da periferia, como as lavadoras do Tanque da Nação, foliões da Baraúna, Tomba, comerciantes, sapateiros, gente que não podia ocupar os espaços dos clubes, pois exigiam pagamento de mensalidades além de diversas restrições como a cobrança de “vestimentas adequadas aos clubes”. Em contrapartida, os foliões dos clubes eram pessoas que não necessariamente eram ricas, mas que poderiam pagar para ter acesso a uma sociabilidade que tinha como concepção o lazer privado, estavam a classe média da cidade e os mais ricos. Eram as festas de clube, que nessa mesma notícia eram colocadas em destaque: “Nos clubes, o movimento foi intenso com a turma brincando a valer até às últimas horas da madrugada. O Tênis mostrou que o carnaval de clube, êle é sempre o chefão, o movimento foi além do que esperávamos” (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, Ano 60, nº 3194, 25 abr. 1970).

As práticas da rua e dos clubes não diferiam quanto aquilo que era apresentado, ambas tinham o mesmo carnavalesco que pensava os carros alegóricos que desfilaram pelas ruas e, mais do que isso, era a mesma lógica:

Desfilaram, entre outras organizações carnavalescas, "Os psicodélicos", "Visão em Ritmo", "Malandros do Morro", "Urubus", "Acadêmicos de Mangueira", "Alibaba e os 40 ladrões" e o "Império Feirense". O Povo aplaudiu com grande entusiasmo os carros alegóricos confeccionados sob a orientação de Charles Albert: "Mundo Azteca" e "Carnavalha". No primeiro desfilou o artista com sua riquíssima fantasia "Mantazerna", último Imperador Azteca. Dos desfiles participaram as fantasias vitoriosas no carnaval do Rio e do Recife, que foram exibidas no baile de gala do "cajueiro", na segunda-feira gorda e onde se destacou o artista Charles Albert cuja fantasia foi delirantemente aplaudida. (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, Ano 60, nº 3194, 25 abr. 1970).

Havia uma forte referência ao carnaval do Rio de Janeiro tanto na exibição de fantasias do carnaval quanto na escolha dos nomes para os cordões, a exemplo do "Malandros do Morro". Feira de Santana em sua topografia não tem morros, é uma cidade plana. Trata-se claramente de uma referência às escolas de samba do Rio de Janeiro, assim com a "Acadêmicos da Mangueira". E as mesmas fantasias e padrões eram compartilhados pelos espaços públicos e privados, logo o que faz com que uma seja valorizada em detrimento da outra compõe o processo de construção do imaginário de "maior e melhor carnaval fora de época do Brasil", projeto em que a imprensa foi fundamental, pois elabora um discurso e se apropria da festa para compor um imaginário de cidade e da festa.

Considerações finais

As manifestações festivas, sobretudo aquelas que ocupam as ruas, são uma forma de comunicação. A prática de festejar e as formas de ocupar os espaços públicos revelam os sentidos, sentimentos e significados das concepções de mundo e sociedade. Nisso se fundamenta a ideia da impossibilidade de dissociar as práticas dos seus sentidos. Como afirma Arlete Farge (2011), não é sempre de forma explícita que as pessoas e grupos sociais expressam suas inquietações. Pautada nesse entendimento, considero que a festa é uma forma de compreender o implícito nas comunicações de um tempo e um espaço. São as manifestações plurais e polissêmicas, que acontecem em um mesmo espaço físico, que permitem observar as representações em constante diálogo, disputa e negociações.

A partir desse contexto que as memórias coletivas são construídas e retroalimentam os imaginários sociais. A partir de um ideal de festa e sociedade, forjam-se representações que alteram, ou pelo menos disputam, a construção das práticas; é um ciclo em que memória, imaginário e representações, mesmo sendo coisas distintas, caminham juntos. As micaretas de rua são esses espaços de construções também, na qual pudemos ver e ler os sentidos das representações das pessoas que territorializam os espaços públicos para que se tornem palco da festa.

As representações da festa e da ocupação do espaço público perpassam por vários aspectos e aqui recortei a narrativa jornalista como um importante elemento na construção dos sentidos de festa e de cidade. Para isso, considere o caráter didático dos jornais que, a partir de uma lógica de hierarquizar as práticas, cria categorias dos que "sabem se portar" e aqueles que "não tem o brilho e glamour adequado". Construção narrativa que segue a lógica de raça e

classe social. Os sujeitos indesejáveis, tidos como perigosos, não por coincidência, eram pessoas negras e empobrecidas.

Tais esforços narrativos da imprensa, em alguns momentos em consonância com o poder público municipal, fizeram transparecer os projetos de cidade e sociabilidades. Isso é atravessado pelo objetivo de construir uma opinião pública, que nada mais é do que o poder de uma informação que consegue circular em grande escala. Propaga assim um projeto que pertence a um lugar social que consegue se estabelecer enquanto uma verdade. Aspecto que se torna decisivo na construção de uma memória coletiva e disputa a construção de uma identidade urbana.

Esse poder hierárquico e classificatório retoma a discussão estabelecida por Hanna Arendt (2007) de que o espaço público, apesar de ser coletivo e possível de ser ocupados por todas as pessoas, não constitui um espaço democrático. O espaço público está sob uma lógica que ordena e orienta os seus usos, chegando a punir aquele que não se adequam ao código de postura estabelecido. Nesse sentido, o estudo sobre as festividades de rua, como o caso da micareta, nos permite compreender quais os interesses, discursos e projetos orbitam a disputa pelos usos do espaço público e como isso é elemento constitutivo das disputas representativas e de memórias.

Referências

- ABREU, Martha. "Nos requebros do Divino": Lundus e festas populares no Rio de Janeiro do Século XIX. In. CUNHA, Maria Clementina Pereira. (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002, p. 247 – 280.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. Patriotas, festeiros e devotos... As comemorações da Independência da Bahia (1888-1923). In. CUNHA, Maria Clementina Pereira. (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002, p. 157 – 197.
- ALMEIDA, O. *Dicionário*: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. Anais (1); Boletim Min. Trab. (5/36); CÂM. DEP. Deputados; Câm. Dep. seus componentes; Diário do Congresso Nacional; GODINHO, V. Constituintes; TRIB. SUP. ELEIT. Dados (1). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnold-ferreira-da-silva>. Acesso em 17 de jul. 2021.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In. LEACH, Edmundo *et al.* *Anthropos homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1985, p. 296 – 332.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e o Renascimento: o contexto de François Rebelais*. São Paulo: HUCIREC. Brasília: 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp. 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Portugal. Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramos, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina. *Ecos da Folia: uma história social de Carnaval carioca entre 1889 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DARNTON, Robert. O burguês organiza seu mundo: a cidade como texto In. DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural da França*. São Paulo: Graal, 1986, p. 143 – 190.

DOSSE, FRANÇOIS. *Renascimento do acontecimento*: um desafio para o historiador, entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FARGE, Arlete. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERNANDES, Natalia. Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 1, jan./jun. 2013.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016

HARVEY, David. O direito à cidade. *Revista Lutas sociais*. São Paulo, Nº 29, p. 73-89, jul/dez. 2016.

LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer*: carnaval em Porto Alegre (1870-1915). Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

ORLANDI, Eni. P. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A de & SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território*: Globalização e fragmentação. Editora HUCITEC, 1996.

SILVA, Zélia Lopes. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo*: metamorfoses de uma festa (1923-1938). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Uberlândia: EDUFU, 2008.